



**AMBULATÓRIO MÉDICO DE ESPECIALIDADES
AME CARAPICUÍBA**

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

**EXERCÍCIO
DE
2022**

ÍNDICE

Página(s)

Balanco Patrimonial	2
Demonstração do Resultado do Período	3
Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido	4
Demonstração dos Fluxos de Caixa	5
Notas Explicativas	6 à 17



Página | 1

BALANÇO PATRIMONIAL
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
(em Reais)

ATIVO	Notas	2022	2021
ATIVO CIRCULANTE			
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	1.711.323,50	1.748.530,69
Adiantamentos a Empregados	5	36.926,62	30.225,11
Outros Créditos	6	1.680,00	13.174,40
Estoques	7	210.760,39	353.792,31
Despesas Antecipadas	8	50.763,70	38.792,91
		2.011.454,21	2.184.515,42
ATIVO NÃO CIRCULANTE			
Imobilizado	9	96.793,46	71.418,67
Intangível	9	813,51	1.077,39
		97.606,97	72.496,06
TOTAL DO ATIVO		2.109.061,18	2.257.011,48

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		2022	2021
PASSIVO CIRCULANTE			
Fornecedores		903.977,06	1.025.422,33
Obrigações Sociais e Fiscais	10	141.481,68	167.598,89
Contas a Pagar	11	12.674,18	18.439,76
Provisões para Férias e Encargos	12	515.040,46	455.435,44
		1.573.173,38	1.666.896,42
PASSIVO NÃO CIRCULANTE			
Bens Públicos em nosso poder		97.606,97	72.496,06
		97.606,97	72.496,06
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Patrimônio Social		517.619,00	(148.583,59)
Superávit do Exercício		(79.338,17)	666.202,59
		438.280,83	517.619,00
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		2.109.061,18	2.257.011,48

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.



DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
(em Reais)

	Notas	2022	2021
RECEITAS LÍQUIDAS	13	16.549.454,09	16.550.270,74
Contratos de Gestão e Convênios	14	16.574.565,00	16.622.766,80
Realização de Bens Públicos em nosso poder		15.491,89	7.430,54
(-) Repasse Destinado à Aquisições do Imobilizado		(40.602,80)	(79.926,60)
CUSTOS		(16.271.462,83)	(15.491.341,60)
Pessoal e Reflexos	16	(6.012.042,41)	(5.582.457,79)
Serviços Terceirizados	17	(9.413.358,45)	(8.943.317,74)
Medicamentos e Materiais de Consumo	18	(846.061,97)	(965.566,07)
Custo da CPP (Contr. Previdenciária Patronal)	23	(1.321.431,07)	(1.243.616,36)
(-) Isenção da CPP Usufruída	23	1.321.431,07	1.243.616,36
(=) RESULTADO BRUTO		277.991,26	1.058.929,14
DESPESAS		(595.362,84)	(556.020,58)
Impostos, Taxas e Contribuições		-	(1.243,66)
Despesas Gerais	19	(595.362,84)	(554.776,92)
OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS		30.778,88	110.237,38
Receitas com Doações		-	29.444,03
Outras Receitas		30.778,88	80.793,35
(=) RESULTADO ANTES DAS REC/DESP FINANCEIRAS		(286.592,70)	613.145,94
RESULTADO FINANCEIRO	15	207.254,53	53.056,65
Receitas Financeiras		207.647,24	54.543,74
Despesas Financeiras		(392,71)	(1.487,09)
SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO		(79.338,17)	666.202,59

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.



DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM
31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
(em Reais)

	Patrimônio Social	Superávit (Déficit) Acumulados	Dotação Inicial	Patrimônio Líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2020	-	427.834,76	(576.418,35)	(148.583,59)
Incorporação do Superávit/Déficit	427.834,76	(427.834,76)	-	-
Incorporação de Dotação Inicial	(576.418,35)	-	576.418,35	-
Superávit/Déficit do Exercício	-	666.202,59	-	666.202,59
Saldo em 31 de dezembro de 2021	(148.583,59)	666.202,59	-	517.619,00
Incorporação do Superávit/Déficit	666.202,59	(666.202,59)	-	-
Incorporação de Dotação Inicial	-	-	-	-
Superávit/Déficit do Exercício	-	(79.338,17)	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022	517.619,00	(79.338,17)	-	438.280,83

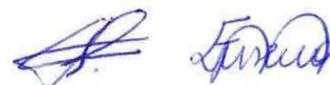
As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.



DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
(em Reais)

	2022	2021
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Superávit / (Déficit) do Exercício	(79.338,17)	666.202,59
(Aumento) Redução do Ativo		
Adiantamentos a Empregados	(6.701,51)	(19.487,32)
Outros Créditos	11.494,40	(8.710,81)
Estoques	143.031,92	(86.164,26)
Despesas Antecipadas	(11.970,79)	(22.829,54)
Aumento (Redução) do Passivo		
Fornecedores	(121.445,27)	75.151,09
Obrigações Trabalhistas		-
Obrigações Sociais e Fiscais	(26.117,21)	34.822,21
Provisões para Férias e Encargos	56.605,02	15.021,91
Outras Obrigações	(5.765,58)	(45.759,97)
Caixa Líquido Gerado nas Atividades Operacionais	(37.207,19)	608.245,90
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aquisição de Imob/Intang. Pertencente a Gestão Pública	(43.811,21)	(79.926,60)
Baixa de Imob/Intang. Pertencente a Gestão Pública	3.208,41	-
Caixa Líquido Consumido nas Atividades de Investimento	(40.602,80)	(79.926,60)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Recebimento de Numerário para Aquis. de Imobilizado	40.602,80	79.926,60
Caixa Líquido Consumido nas Atividades de Financiamento	40.602,80	79.926,60
VARIAÇÃO LÍQUIDA NAS DISPONIBILIDADES	(37.207,19)	608.245,90
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		
Disponibilidades no Início do Exercício	1.748.530,69	1.140.284,79
Disponibilidades no Final do Exercício	1.711.323,50	1.748.530,69
VARIAÇÃO LÍQUIDA NAS DISPONIBILIDADES	(37.207,19)	608.245,90

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
(em Reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O **Centro de Estudos e Pesquisas "Dr. João Amorim" - CEJAM** é uma entidade de direito privado, de caráter filantrópico, fundada em 1991, com o Estatuto Social original devidamente registrado no 3º Registro de Títulos e Documentos da Comarca da Capital do Estado de São Paulo sob o nº 454.301, portadora do Certificado de Entidade de Fins Filantrópicos, através do processo nº 44.006.000636/98-17, declarada de Utilidade Pública Federal pelo Decreto Federal s/nº, publicado no DOU, declarada de Utilidade Pública Estadual pelo Decreto Estadual nº 43.481/98, declarada de Utilidade Pública Municipal pelo Decreto Municipal nº 37.571/98, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda sob o nº 66.518.267/0001-83, e Organização Social de Saúde nos Municípios de São Paulo, Mogi das Cruzes, Embu das Artes, Poá, Americana, Guarulhos, Cajamar, Mauá, Salto, Santo André, Taubaté, Bertioga, Carapicuíba, Campinas, Rio de Janeiro, Maricá e nos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Mato Grosso do Sul.

Esta instituição presta serviços na área de saúde, realizando ações através de contratos de gestão e convênios firmados junto às Prefeituras dos Municípios de São Paulo, Embu das Artes, Mogi das Cruzes, Carapicuíba, Campinas, Cajamar, Peruíbe, Rio de Janeiro e Governo do Estado de São Paulo. Na promoção em saúde, as ações são realizadas através dos programas de "Voluntariado", "Deficiente Saudável", "Integração com a Comunidade", "Meio Ambiente" e "PAISM – Programa de Atenção Integral a Saúde da Mulher", executados pelo Instituto de Responsabilidade Social Dr. Fenando Proença de Gouvêa.

O **CEJAM** qualificado como Organização Social de Saúde pelo Governo do Estado de São Paulo, através do Contrato de Gestão – Processo SES-PRC-2020/43025, firmado com a **Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo** em 04 de novembro de 2020, assumiu a operacionalização da gestão e execução das atividades de saúde do **Ambulatório Médico de Especialidades de Carapicuíba – AME Carapicuíba** com a missão de acolher a população da região, prestando assistência humanizada e eficiente, em conformidade com os princípios do SUS, e contribuir para o Sistema de Saúde.

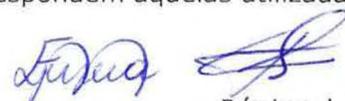
O prazo de vigência do presente Contrato de Gestão terá início na data de sua assinatura, sendo o encerramento em 31/07/2024.

Pela prestação dos serviços objeto deste Contrato de Gestão, a **Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo** repassará ao **CEJAM** o montante global estimado de R\$ 59.205.105,00.

2. BASES DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

2.a) Declaração de conformidade:

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.



Página | 6

2.b) Base de mensuração:

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

2.c) Moeda funcional e moeda de apresentação:

Essas demonstrações contábeis estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da entidade. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram mantidas em números inteiros.

2.d) Uso de estimativas e julgamentos:

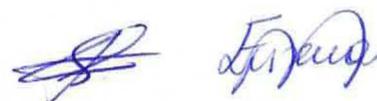
A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente ao exercício apresentado nessas demonstrações contábeis.

3.a) Instrumentos financeiros:

- **Ativos financeiros não derivativos:** a entidade reconhece os recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a entidade se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A entidade tem seus ativos e passivos financeiros não derivativos registrados pelo valor justo por meio do resultado.
- **Caixa e equivalentes de caixa:** abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo. Os recursos vinculados representam os saldos de bancos conta movimento e aplicações financeiras que possuem utilização restrita e somente poderão ser utilizados para fazer frente às obrigações do contrato de gestão, dos seus termos aditivos e outros ajustes que lhe darão origem.



- **Instrumentos financeiros derivativos:** não houve operações com instrumentos financeiros derivativos durante o exercício de 2022.

3.b) Estoques:

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no princípio de custo médio e inclui gastos incorridos na aquisição e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos e despesas.

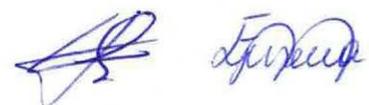
3.c) Imobilizado (quando aplicável):

- **Reconhecimento e mensuração:** itens do imobilizado, são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzido de depreciação acumulada. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. As aquisições com recursos públicos são registradas no ativo imobilizado, e os valores correspondentes às aquisições transferidos para o passivo não circulante, na conta de reserva de capital "bens públicos em nosso poder" e nela mantidos por tratar-se de itens reversíveis, vinculados à prestação dos serviços utilizados pela contratada, necessários à prestação do serviço público, que deverão reverter ao poder concedente quando do término da gestão, a menos que tenham sido naturalmente substituídos por outros, em decorrência da evolução tecnológica ou outros fatores específicos.
- **Depreciação:** a depreciação é contabilizada normalmente no ativo imobilizado. Em se tratando de bens de gestão pública, é contabilizada em contrapartida ao passivo não circulante, para amortizar o valor do custo do ativo, conforme a vida útil-econômica dos bens revisada pela entidade. A administração, com base em seu registro consolidado, que compreende histórico de exercício anterior a este Contrato de Gestão, não detectou alterações relevantes, mantendo as taxas definidas em 2021. As vidas úteis estimadas para o exercício corrente e comparativo são as seguintes:

- Máquinas e equipamentos: 10 anos;
- Equipamentos de uso médico: 10 anos;
- Equipamentos de informática: 5 anos;
- Móveis e utensílios: 10 anos;
- Veículos: 5 anos.

3.d) Intangível (quando aplicável):

- **Reconhecimento, mensuração e amortização:** o ativo intangível de vida útil definida é composto pelo direito de uso de programas de computador (software), que são amortizados usando-se método linear à taxa de 20% a.a.



3.e) Redução ao valor recuperável (impairment):

- **Ativos financeiros (incluindo recebíveis):** um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento

de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável. A administração da entidade não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de provisão.

3.f) Passivo circulante e não circulante (quando aplicável):

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias incorridas até a data do balanço patrimonial. Uma provisão é reconhecida em função de um evento passado, se a entidade tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

3.g) Patrimônio líquido:

Representa o patrimônio inicial da entidade, acrescido ou reduzido dos superávits ou déficits apurados anualmente desde a data de sua constituição e são empregados integralmente nos objetivos sociais da entidade conforme divulgado na Nota Explicativa nº 1.

3.h) Receitas:

As receitas da entidade são apuradas através de recebimentos comprovados por contrato de gestão, eventualmente, quando ocorrer doações de pessoas físicas e entidades privadas. As aquisições de imobilizado com recursos públicos são registradas na conta redutora da receita, denominada “(-) Repasse destinado à aquisição de imobilizado”, e os valores correspondentes às aquisições transferidos para o passivo não circulante, na conta de “bens públicos em nosso poder” e nela mantidos por tratar-se de itens reversíveis, vinculados à prestação dos serviços utilizados pela contratada, necessários à prestação do serviço público, que deverão reverter ao poder concedente quando do término da gestão, a menos que tenham sido naturalmente substituídos por outros, em decorrência da evolução tecnológica ou outros fatores específicos.



3.i) Despesas:

As despesas da entidade são comprovadas através de notas fiscais e recibos em conformidade com as exigências legais e fiscais.

3.j) Receitas financeiras e despesas financeiras:

As receitas financeiras abrangem receitas de juros aplicações financeiras. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas bancárias e demais encargos financeiros.

3.k) Apuração do resultado:

O reconhecimento das receitas e despesas é efetuado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício. A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado em função da sua realização. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2022	2021
FUNDO FIXO	359,90	-
	359,90	-

	2022	2021
BANCOS – CONTA MOVIMENTO Banco do Brasil S.A.	-	1.929,46
BANCOS – APLICAÇÕES FINANCEIRAS Banco do Brasil S.A.	1.710.963,60	1.746.601,23
	1.710.963,60	1.748.530,69

5. ADIANTAMENTOS A EMPREGADOS

	2022	2021
Adiantamentos de Férias	36.926,62	30.225,11
	36.926,62	30.225,11



Página | 10

6. OUTROS CRÉDITOS

	2022	2021
Aluguéis a Receber	1.680,00	13.174,40
Empréstimos de Materiais e Medicamentos	-	-
	1.680,00	13.174,40

7. ESTOQUES

	2022	2021
Mat. Laboratório/Reagentes	8.549,73	13.505,50
Drogas e Medicamentos	42.373,65	81.492,64
Material Médico Hospitalar	116.686,79	205.904,23
Mat. Expediente/Escritório	13.372,84	17.308,75
Material de Manutenção	35,00	3.382,74
Materiais de Limpeza	10.647,70	18.321,23
Material de EPI e EPC	10.963,35	9.524,21
Material Cirúrgico	2.597,65	403,22
Gêneros Alimentícios	2.550,87	1.644,67
Utensílios de Copa	1.061,55	-
Gases Hospitalares	-	866,88
Utensílios Diversos	1.443,42	1.194,68
	210.282,55	353.548,75

OUTROS CRÉDITOS DE MATERIAIS

	2022	2021
Empréstimo de MAT e MED a receber	477,84	243,56
	477,84	243,56

8. DESPESAS ANTECIPADAS

	2022	2021
Sodexo Pass do Brasil	50.763,70	38.792,91
	50.763,70	38.792,91




Página | 11

9. IMOBILIZADO

IMOBILIZADO DE GESTÃO PÚBLICA	TAXA	2022	2021
Máquinas e Equipamentos	10%	3.193,71	-
Equipamento de Uso Médico	10%	61.004,44	61.004,44
Móveis e Utensílios	10%	10.087,23	973,43
Equipamentos de Informática	20%	44.924,74	16.629,45
(-) Depreciação Acumulada		(22.416,66)	(7.188,65)
		96.793,46	71.418,67

INTANGÍVEL DE GESTÃO PÚBLICA	TAXA	2022	2021
Direito de Uso de Software	20%	1.319,28	1.319,28
(-) Amortização Acumulada		(505,77)	(241,89)
		813,51	1.077,39

Conforme preceituado no contrato de gestão firmado entre o CEJAM e o Governo do Estado de São Paulo, os bens patrimoniais adquiridos por conta do referido contrato é de uso exclusivo e de propriedade da Governo Estadual.

10. OBRIGAÇÕES SOCIAIS E FISCAIS

	2022	2021
INSS sobre Salários a Recolher	23.970,33	23.505,72
INSS sobre Autônomos a Recolher	-	6.984,27
FGTS a Recolher	44.930,05	42.094,94
Contr. Sindicais e Assistências a Recolher	990,00	970,00
IRRF sobre Salários a Recolher	20.841,66	26.558,39
IRRF sobre Pessoas Jurídicas a Recolher	10.667,46	12.881,24
INSS sobre Pessoas Jurídicas a Recolher	4.361,58	12.103,29
CSRF sobre Pessoas Jurídicas a Recolher	33.773,94	40.595,70
ISS sobre Pessoas Jurídicas a Recolher	1.946,66	1.905,34
	141.481,68	167.598,89



11. CONTAS A PAGAR

	2022	2021
Eletropaulo	11.563,89	17.330,76
Empréstimo de Materiais	1.110,29	1.109,00
	12.674,18	18.439,76

12. PROVISÕES PARA FÉRIAS E ENCARGOS

	2022	2021
Provisão para Férias	477.095,52	421.903,57
Provisão para FGTS sobre Férias	37.944,94	33.531,87
	515.040,46	455.435,44

13. RECEITAS OPERACIONAIS LÍQUIDAS

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Entidade. A receita é apresentada líquida de abatimentos, glosas e descontos. A adoção inicial do CPC 47 – Receita de Contrato de Cliente não afetou o reconhecimento inicial, mensuração e apresentação das receitas, que já estavam consistentes com os novos requerimentos. Basicamente, esta norma determina que as receitas sejam reconhecidas quando o cliente obtém o controle do bem ou serviço. Nesse sentido, nas atividades de saúde, dentre elas, hospitalar, gestão e promoção em saúde, sejam próprias ou públicas, a receita estava anteriormente reconhecida no momento em que o paciente recebia o serviço.



14. RECEITA COM CONTRATO DE GESTÃO

CONTRATO DE GESTÃO	2022	2021
Janeiro	1.321.980,00	1.315.669,00
Fevereiro	1.321.980,00	1.315.669,00
Março	1.321.980,00	1.315.669,00
Abril	1.321.980,00	1.315.669,00
Maio	1.414.980,00	1.315.669,00
Junho	1.414.980,00	1.315.669,00
Julho	1.381.785,00	1.315.669,00
Agosto	1.414.980,00	1.315.612,85
Setembro	1.414.980,00	1.315.560,50
Outubro	1.414.980,00	1.352.052,45
Novembro	1.414.980,00	1.841.979,00
Dezembro	1.414.980,00	1.587.879,00
	16.574.565,00	16.622.766,80

15. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	2022	2021
Descontos Obtidos	1.643,42	0,27
Rendimentos de Aplicações Financeiras	206.003,82	54.543,47
(-) Tarifas Bancárias	(256,62)	(879,62)
(-) Juros Bancários	(48,70)	(607,47)
(-) Juros e Mora de Fornecedores	(87,39)	-
	207.254,53	53.056,65

16. PESSOAL E REFLEXOS

	2022	2021
Ordenados e Adicionais	3.904.169,53	3.536.101,97
13º Salários	363.901,34	343.628,61
Férias	493.080,34	507.653,57
Indenizações e Avisos Prévios	53.681,06	120.177,32
Benefícios	802.243,88	727.200,50
Contribuições ao FGTS	394.966,26	347.695,82
	6.012.042,41	5.582.457,79



17. SERVIÇOS TERCEIRIZADOS

	2022	2021
Serviços Médicos – Pessoas Jurídicas	7.540.988,63	7.227.736,20
Serviços de Terceiros – Pessoas Físicas	-	3.050,00
Serviços Diversos – Pessoas Jurídicas	1.872.369,82	1.712.531,54
	9.413.358,45	8.943.317,74

18. MEDICAMENTOS E MATERIAIS DE CONSUMO

	2022	2021
Medicamentos e Materiais de Uso Médico	494.055,32	698.425,78
Materiais de Consumo	246.202,42	220.948,72
Materiais de Conservação	87.927,38	33.568,79
Outros Materiais e Insumos	17.876,85	12.622,78
	846.061,97	965.566,07

19. DESPESAS GERAIS

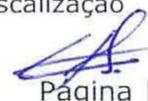
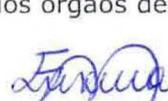
	2022	2021
Contas de Consumo	364.148,94	328.287,27
Aluguéis de Equipamentos	170.317,32	205.824,64
Administrativas	226,73	1.374,87
Bens Não Imobilizados	18.932,00	-
Outras Despesas Gerais	41.737,85	19.290,14
	595.362,84	554.776,92

20. COBERTURAS DE SEGUROS

A entidade adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações contábeis, conseqüentemente não foram analisadas pelos nossos auditores independentes.

21. ATENDIMENTO À LEGISLAÇÃO DAS ENTIDADES DE FINS FILANTRÓPICOS

A entidade vem atendendo aos requisitos estabelecidos pela legislação e demais regulamentações vigentes na área em que atua. Tendo como preponderância a área da Saúde, a entidade vem encaminhando relatório para o Ministério da Saúde (MS) para acompanhamento e fiscalização, sem prejuízo das atribuições dos órgãos de fiscalização.



Página | 15

tributária. Os relatórios aqui previstos são acompanhados de demonstrações contábeis e financeiras, submetidas ao parecer conclusivo de auditoria independente, realizada por instituição credenciada perante o Conselho Regional de Contabilidade (CRC).

A renovação do Certificado de entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), emitido pelo Poder Público, é necessária para manutenção dos benefícios de isenção concedidos pelo Poder Público Federal, Estadual e Municipal e dos convênios firmados com estes poderes.

22. CERTIFICADO DE ENTIDADE BENEFICENTE DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CEBAS)

Em 04 de novembro de 2021, através da Portaria nº 1.094, publicada no Diário Oficial da União, edição 210, seção 1, página 133, em consideração ao Parecer Técnico nº 720/2021-CGCER/DCEBAS/SAES/MS, constante do Processo nº 25000.191938/2018-98, foi concedida ao CEJAM a renovação do CEBAS, com validade pelo período de **30 de novembro de 2018 a 29 de novembro de 2021**.

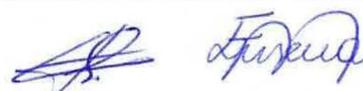
Em 24 de março de 2023, através da Portaria nº 274, publicada no Diário Oficial da União, edição 60, seção 1, página 87, em consideração a Nota Técnica nº 201/2023-CGCER/DCEBAS/SAES/MS, constante do Processo nº 25000.167752/2021-13, foi concedida ao CEJAM a renovação do CEBAS, com validade pelo período de **30 de novembro de 2021 a 29 de novembro de 2024**.

23. ISENÇÕES PREVIDENCIÁRIAS (COTA PATRONAL)

A entidade é isenta de Contribuições para a Seguridade Social com base na Lei nº 8.212/1991. A entidade, a título de demonstração, vem evidenciando as contribuições sociais usufruídas. Esses valores anuais equivalem às isenções alcançadas nas contribuições previdenciárias do INSS (cota patronal).

A isenção das contribuições sociais usufruídas no ano de 2022 foi de R\$ 1.321.431,07 e em 2021 foi de R\$ 1.243.616,36 e está registrada em conta própria de "Compensação das Isenções Patronais Previdenciárias", no grupo de despesas, da seguinte forma:

ISENÇÕES PREVIDENCIÁRIAS USUFRUÍDAS	2022	2021
Cota Patronal INSS sobre a Folha de Pagamento	(1.321.431,07)	(1.243.616,36)
Cota Patronal s/ Serviços Prestados por. Pessoas Físicas	0,00	0,00
(-) Isenção Usufruída		
(-) Cota Patronal INSS sobre a Folha de Pagamento	1.321.431,07	1.243.616,36
(-) Cota Patronal s/ Serv. Prest. por. Pessoas Físicas	0,00	0,00
	0,00	0,00



25. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES (RENÚNCIA FISCAL)

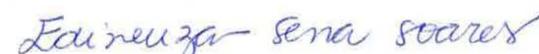
Imposto de renda e contribuição social: em virtude de ser uma entidade sem fins lucrativos, a entidade goza do benefício de isenção do pagamento dos tributos federais incidentes sobre o resultado, de acordo com o Decreto nº 76.186 de 02/09/75, artigos 167 a 174 do Regulamento do Imposto de Renda (RIR), aprovado pelo Decreto nº 3.000 de 26/03/99 e artigo 195 da Constituição Federal.

PIS: por ser uma entidade filantrópica, é isenta do pagamento do PIS incidente sobre as receitas de suas atividades próprias, bem como o calculado sobre a folha de salários.

COFINS: por ser uma entidade filantrópica, é isenta do pagamento da COFINS incidente sobre as receitas relativas às suas atividades próprias, de acordo com as Leis nº 9.718/98 e 10.833/03.

Isenção previdenciária usufruída: para atender aos requisitos da legislação pertinente, a entidade registra em contas de resultado os valores relativos às isenções previdenciárias gozadas.

Carapicuíba (SP), 31 de dezembro de 2022.


Edineuza Maria da Sena Soares

Gerente Operacional


Edson de Melo
Coordenador Contábil e Financeiro
CRC nº SP200665/O-7